

Se é para fechar...

GLOBO

EDGAR FLEXA RIBEIRO

Não há segmento da educação que esteja em ordem ou em paz: escola municipal, estadual ou federal; do pré-escolar à pós-graduação; escola pública ou particular, tudo está de pernas para o ar.

No clima atual de insatisfação generalizada e difusa, quem mais aparece é a escola particular, erigida em ponto de convergência sobre o qual se concentram queixas, insegurança, perplexidade e angústia. Em suma: a "cesta básica" existencial que a inflação galopante reserva às camadas médias da população — e sobre cujas consequências possíveis a História contemporânea nos dá exemplos eloquentes.

Nesse quadro, o que sobressai é o famoso "repasse". Quem é esse personagem misterioso, e qual seu papel na trama?

Chama-se "repasse" o reajuste (ou realinhamento) de preços dos serviços escolares que toma por base os aumentos salariais que atingem professores e funcionários das escolas. Como os salários formam a maior despesa corrente de uma escola, as autoridades governamentais, ao longo de décadas de intervenção no setor, têm entendido que esse item deve ser o referencial para estipular o preço dos serviços que as escolas prestam.

Convenhamos que é razoável: injusto seria reajustar o preço das escolas tomando por base a evolução dos preços da gasolina ou da energia elétrica, a variação das LBC ou da Caderneta de Poupança, a cotação do ouro no mercado físico ou do boi gordo na praça de Araçatuba. Afinal, esses itens não são relevantes na

composição do custo dos serviços que as escolas prestam.

Durante muitos anos os preços das escolas eram estipulados a partir de fórmula que considerava o salário médio pago a professores multiplicado pelo fator 50, fixado pelo Ministério da Educação. Esse valor era dividido pela matrícula média da escola, e o valor resultante dava o parâmetro para o aumento. Era uma sábia solução: incentivava as escolas a pagar melhor, pois lhes dava garantia de poder cobrar; incentivava a escola a trabalhar melhor, pois quanto menor fosse a média de alunos por turma, mais favorável lhe seria o resultado da divisão; e permitia que as escolas tivessem um preço proporcional à qualidade do serviço que prestavam.

Depois, o Ministério da Educação — na insondável acuidade, perspicácia e competência com que vem agindo na educação nacional para obter os lamentáveis resultados que contemplamos hoje — mandou dizer que tinha mudado de idéia: o certo era aumentar as escolas em 80% do INPC, ou seja, "repassar" aos seus preços 80% do aumento concedido aos professores. Mais ou menos o que o Governo de hoje tenta repetir com a indústria e o comércio, admitir com a maior naturalidade um "repasse" (ou remarcação) mensal de preços equivalente a 80% do INPC.

É óbvio que não é só em salários que se resume a despesa de uma escola. Os outros itens progrediram ao sabor das espasmódicas medidas governamentais; os salários cresceram no mínimo em 100% do INPC. Os preços eram reajustados em 80% do INPC. É claro que receita e despesa tinham uma colisão marcada no futuro.

O "Plano Cruzado" — e o trocadil-

ho é irresistível — atingiu as escolas no queixo. Um aumento calculado sobre a média de valores defasados deu aos preços de 1986 o caráter surrealista de um subsídio.

E aí reside o problema: a despesa com a escola foi ficando, relativamente à renda familiar, cada vez menor. Daí surge uma esquizofrônica fonte de ressentimentos: parcelas cada vez maiores das camadas médias da população abandonavam a escola pública, ganhavam acesso à escola particular, que por sua vez inchava a matrícula esticando ao máximo o padrão do atendimento dispensado. A grita de hoje é proporcional ao empenho com que se movimentavam "pistoleiros" para conseguir uma vaga.

Apesar do absoluto descontrole da economia, onde se verificam a cada dia atos de verdadeira selvageria especulativa, pretende-se que as escolas permaneçam reajustadas em 35% sobre seus preços do segundo semestre de 1986. As autoridades federais — o deplorável Ministério da Educação — escafederam-se do problema que criaram, os Estados ficaram abandonados à própria sorte, os conflitos entre professores, famílias, alunos e escolas particulares explodem a cada dia. Já não se quer aceitar um reajuste de 50% do aumento concedido a professores.

E só fazer contas, comparar valores de outros bens e serviços, e chegaremos à pergunta final: o que se deseja é fechar as escolas particulares? Em caso afirmativo, tranquiлизem-se todos. O caminho é este.

Quanto ao repasse, ele entra no debate como Pilatos no Credo. Apenas um acessório tático.

Edgar Flexa Ribeiro é Diretor do Colégio Andrews e membro do Conselho Estadual de Educação.